

SUBJETIVAÇÃO NO TEXTO JORNALÍSTICO: A NATUREZA DO
SIGNO NA MÍDIA IMPRESSA CONTEMPORÂNEA*

SUBJECTIVATION IN THE JOURNALISTIC TEXT: THE
NATURE OF SIGNS IN THE CONTEMPORARY PRINT MEDIUM

*Anderson Salvaterra Magalhães**

RESUMO: O objetivo deste artigo é descrever os mecanismos de construção de sentidos em uma série de reportagens premiada de um jornal impresso carioca e identificar os processos de subjetivação que a atravessam. Reconhecendo os desafios sócio-discursivos do jornalismo nesse meio em particular, discutimos, de um ponto de vista dialógico de linguagem, a natureza ideológica dos signos que constituem o texto do jornal impresso e os processos de subjetivação implicados na produção textual.

PALAVRAS-CHAVE: signo ideológico; subjetivação; imprensa; contemporaneidade

ABSTRACT: The aim of this article is to describe the mechanisms of construction of the sense in one awarded series of reportages of a newspaper from Rio de Janeiro and to identify the processes of subjectivation that cross this series. Recognising the socio-discursive challenges of journalism in this means in particular, we discuss, from a dialogical point of view, the ideological nature of the signs that constitute the texts of the newspaper and the processes of subjectivation implicated in this textual production.

KEYWORDS: ideological sign; subjectivation; press; contemporaneity

* Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo (São Paulo, Brasil) e
Universidade de Paris VIII (Saint-Denis, França): Doutorado em Linguística

INTRODUÇÃO

A organização do mundo numa sociedade global tem provocado o rearranjo das relações entre as pessoas (FRIDMAN, 2000) e estabelecido novas maneiras de estratificação social (SANTOS, 2000). Hoje, além das disputas econômicas que impulsionam as lutas de classes, o acesso à informação tem configurado mais um eixo de conflitos de poder. Nesse panorama sócio-histórico, a mídia desempenha uma função fundamental, uma vez que, dispondo do aparato tecnológico que marca esse momento, faz circular discursos de modo a redimensionar a noção espaço-temporal e, assim, transformar a interação social de maneira peculiar (THOMPSON, 1999). Isso significa dizer que o universo midiático, nas suas facetas impressa, eletrônica e digital, configura uma arena de confirmação e/ou transformação de valores que estruturam as relações sociais e dão o tom da ordem social contemporânea.

De acordo com Santos (2000), a história da humanidade sempre esteve atrelada às invenções que abriam possibilidades de reorganização das noções de tempo e espaço. Da criação de ferramentas de trabalho ao desenvolvimento dos meios de transportes, à invenção da imprensa, até a articulação de um mundo cibernético e digital, as relações sociais sofreram consideráveis transformações que permitiram redimensionar os parâmetros espaço-temporais (SANTOS, 2000) e, portanto, os padrões das interações sociais.

Certamente um grande artifício que marca as transformações tecnológicas e sociais é o advento do computador. Presente tanto na esfera pública quanto na privada, o computador altera desde os meios de transporte até a rotina de uma casa. Do ambiente privado e reservado de nosso quarto, podemos romper fronteiras e nos comunicar com pessoas de qualquer parte do mundo; o computador nos permite acessar informações de “qualquer lugar” em “tempo real”. É preciso cautela ao afirmar “qualquer lugar” ou “tempo real”, porque assumir tais expressões como fato significa ignorar as artimanhas sócio-históricas valoradas que sustentam essa perspectiva. Esse “qualquer lugar”, na verdade, consiste daqueles lugares em que há infra-estrutura para a manutenção de um computador ligado em rede, e quanto mais avançamos tecnologicamente, mais especificidades são demandas para tal conexão.

Do mesmo modo, a noção de “tempo real” nomeia uma perspectiva tipicamente contemporânea do “aqui e agora”. Inegavelmente a conexão via *internet*, especialmente a cabo ou sem fio, diminuiu o tempo de espera por informações, por assim dizer, se compararmos ao correio tradicional (hoje corriqueiramente substituído pelo correio eletrônico, ou *e-mail*). Portanto, a idéia de “tempo real” parece traduzir uma ânsia pelo imediatismo que povoa o eixo de valores dos nossos dias.

Nesse contexto de pululante transformação tecnológica e social, os meios de comunicação desempenham um papel crucial, já que não apenas engendram como também viabilizam a manutenção dessa diminuição dos intervalos espaço-temporais. Com o advento da imprensa, a invenção do rádio e da televisão, testemunhamos uma alteração no *modus operandi* de produção, distribuição e recepção de informações. Sem nos atermos em detalhes ao desenvolvimento de cada um desses meios, neste trabalho, vale a pena atentarmos para a pertinência deles na nova ordem social.

No âmbito midiático, o jornalismo, em particular, desvela esses valores em transformação diante dos avanços tecnológicos. Diferente do plano ficcional em que o contar de novo, a repetição de uma narração muitas vezes é previsto pela situação de produção textual, no plano jornalístico, o comprometimento com o ineditismo dos fatos, com a verdade, independente da postura ideológica de quem produz os textos, impõe o

desafio da funcionalidade dentro dos novos parâmetros espaço-temporais. A produção jornalística, portanto, está diretamente desafiada pelos padrões determinados pelas transformações tecnológicas e suas implicações sócio-históricas. A transmissão de fatos deve acompanhar o imediatismo que a tecnologia oferece às relações sociais. O problema é: como garantir a funcionalidade de textos jornalísticos do meio impresso, que não dispõe dos mesmos aparatos que os meios eletrônico e digital?

Se a imprensa marcou outrora as relações sociais sendo um meio que alterou as relações entre indivíduos e espaço-temporais, hoje, precisa se reinventar para justificar a relevância do meio. Isso porque a produção de um texto impresso, por mais difundido que esse meio seja, prevê um processo que não condiz com a velocidade de circulação de informação que caracteriza a contemporaneidade. A não-espera e não-limitação espacial que reconstruem valores e movimentam a história da humanidade neste momento sinalizam a decadência desse meio, a despeito de sua relevância e difusão. Entretanto, se o jornalismo impresso se mantém mesmo face às transformações axiológicas, hipotetizamos que sua arquitetura discursiva tenha se adaptado à nova ordem social. Essa hipótese é sustentada por dois pressupostos de naturezas diferentes. A primeira diz respeito à materialidade do texto jornalístico impresso, e a segunda, à sua funcionalidade. Assim, na contemporaneidade, entendemos que: a) o texto jornalístico escapa o nível estritamente verbal e se constitui verbo-visualmente (BRAIT, 1996) e b) sua produção, circulação e recepção se justificam pela postura editorial nele implicados, e não pela pretensa objetividade na transmissão de fatos (ECO, 2007).

Esses pressupostos contemplam tanto a questão da natureza dos signos que mobilizam discursos e apontam para contexto que constroem sentidos no texto jornalístico impresso na atualidade quanto a relação enunciativo-discursiva implicada na produção jornalística desse meio em particular. Neste artigo, nosso objetivo é descrever os mecanismos de construção dos sentidos na série de reportagem *Transporte preferido: os pés*¹ do jornal carioca *O Dia* a partir dos processos de subjetivação que a atravessam. Essa escolha consiste de um recorte do *corpus* de uma investigação maior sobre os processos de subjetivação e suas implicações éticas em textos jornalísticos premiados que compõem gestos da editoria em direção à produção de matérias jornalísticas de qualidade (não sensacionalistas). Aqui, entretanto, vamos nos ater a apenas essa série para ponderar sobre a natureza do material semiótico do texto jornalístico impresso e as relações intersubjetivas que estruturam a produção textual. Pensemos, por um instante, a perspectiva de linguagem que nos dá acesso à inter-relação dos sujeitos da enunciação e ao estatuto dos signos no meio impresso na contemporaneidade.

1 OS SIGNOS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NA LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVO-DIALÓGICA

Para discutirmos a natureza dos fenômenos semióticos que atravessam o texto jornalístico impresso na era do imediatismo, assim como para tratar da dimensão na qual se dão as relações intersubjetivas que organiza a produção textual jornalística, propomos um percurso de reflexão teórica que remonta à década de 20 do século passado. Voltamos lá porque entendemos que a originalidade flagrante na discussão filosófica marcante nos primeiros textos de Bakhtin e seu Círculo² oferece

¹ A série foi produzida por uma equipe coordenada pela jornalista Viviane Barreto, foi publicada em agosto de 2004 e premiada pela Confederação Nacional de Transportes no mesmo ano; maior detalhamento está apresentado na seção 2 (**Metodologia e Contexto de Pesquisa**) deste artigo.

² Reconhecemos que os primeiros textos de Bakhtin e seu Círculo são alvos de disputa quanto à sua autoria ainda nos dias de hoje. Neste trabalho, optamos por respeitar o modo como são assinadas as

possibilidades de análise da produção textual contemporânea produtoras. Recorremos, entretanto, a comentaristas que impulsionaram o diálogo proposto pelo Círculo, levantando novas questões que auxiliam a repensar constantemente o estatuto das produções sócio-discursivas.

Neste trabalho, recuperamos alguns pontos defendidos por Voloshinov em um texto publicado originalmente em 1926, intitulado “Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica” para, em seguida, aprofundar a discussão sobre a natureza do signo e dos sujeitos imbricados na enunciação, retomando aspectos discutidos por Bakhtin/Voloshinov (1929/1999) e Bakhtin (1975/1998 e 1979/2003)³. Apesar das múltiplas aproximações possíveis aos textos de Bakhtin e seu Círculo, em especial aos da década de 20, dos quais muitos são alvos de disputas autorais, buscamos apreender nesses textos selecionados alguns pontos da abordagem dialógica do fenômeno enunciativo que dão acesso às relações intersubjetivas que estruturam o processo de produção sócio-discursiva e fundamentam a natureza ideológica do material semiótico.

Na década de 20 do século passado, Bakhtin e seu Círculo se ocuparam de uma discussão filosófica profunda sobre a linguagem e a produção artístico-literária. Suas ponderações tratavam de questões tais como o objeto de estudo da literatura e da lingüística e seu percurso de análise. Essas discussões não foram articuladas de modo a construir uma análise dialógica do discurso, como tantas outras vertentes de análise se estruturaram. Entretanto, como pontua Brait (2006), para a organização consistente de conceitos que dêem conta de uma análise dialógica do discurso, é preciso recuperar de diferentes obras do Círculo as discussões que fundamentam a perspectiva de linguagem. Por isso, não deixamos de lado as discussões estético-artísticas que ocupam o centro de boa parte dos textos desses estudiosos. No texto de 1926, “Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica”, por exemplo, Voloshinov, debatendo com o método formal (formalismo russo), defende a importância da abordagem metodológica da sociologia para o estudo da poética. Desse artigo, porém, interessa-nos aqui mais os pontos engendrados na estratégia de argumentação do que sua tese principal. Isso porque, para sustentar seu ponto, o autor (VOLOSHINOV, 1926/1976) analisa uma situação de uso da linguagem no cotidiano para ressaltar, de um lado, a relação entre o material, a forma e o conteúdo de uma produção verbal e, de outro, as relações intersubjetivas que estruturam e organizam a produção, seja ela artística ou não. A fim de ponderar sobre o estatuto do signo na produção jornalística impressa na contemporaneidade, pensemos cada uma dessas dimensões relacionais da enunciação.

Em sua defesa de uma abordagem sociológica do fenômeno artístico-literário, Voloshinov (1926/1976) compara a obra literária a uma escultura, reafirmando que a forma de uma estátua é a forma de um corpo humano, por exemplo, e não a forma do mármore. Dessa maneira, ilustra a diferença entre o material (o mármore, na escultura; as palavras, o verbal, na literatura), a forma (que remete ao conteúdo, e não ao material)

edições consultadas, porque entendemos que essa discussão, a despeito de sua relevância, escapa ao escopo deste artigo.

³ A despeito do que as datas de publicação original em russo possam sugerir, o percurso de reflexão teórica aqui não segue a cronologia dos textos. O material assinado exclusivamente por Mikhail Bakhtin (1975/1998 e 1979/2003) foi escrito também na década de 20. *O problema do conteúdo, do material e da forma na crítica literária*, publicado somente em 1975, foi escrito em 1924 por conta de uma encomenda de uma revista literária, fechada, como tantas outras na época, antes que o texto fosse efetivamente tornado público. O texto *O autor e a personagem na atividade estética*, escrito na primeira metade da década de 20, consiste de um trabalho não concluído de Bakhtin e, portanto, não preparado para publicação. Configura um texto de arquivo, sem título no original, mas que nos traz, em sintonia com o texto de 1975, importantes discussões filosóficas sobre a atividade estética que nos auxiliam a pensar os sujeitos implicados no processo enunciativo.

e o conteúdo (que configura uma avaliação, uma postura valorada face a algo ou alguém). Ainda segundo o autor (VOLOSHINOV, 1926/1976), as bases, as potencialidades estéticas consistem de um redimensionar das ações quotidianas. Desse modo, acessamos os três elementos que compõem uma instância de uso da linguagem, não importa se artística ou do dia-a-dia. O fenômeno enunciativo, dessa perspectiva, constrói-se na necessária inter-relação entre o material verbal, o conteúdo que manifesta um posicionamento diante daquilo que constitui o objeto da enunciação e a forma que traduz esse conteúdo. Não é possível, portanto, acessá-lo prescindindo da imbricação daquilo que é de ordem verbal naquilo que é de ordem extralingüística. O extraverbal não influencia exteriormente uma enunciação verbal; o extralingüístico compõe com o verbal um único fenômeno enunciativo.

Como o autor (idem) reconhece em seu texto, a obra poética não pode se valer tanto do contexto de produção da enunciação para construir sentido. Portanto, o texto literário é arquitetado por meio de mecanismos sócio-discursivos mais fortemente fundamentados no verbal. Ainda que mantidas as relações necessárias entre material, forma e conteúdo, os artifícios enunciativos precisam ser adequados à enunciação literária. Entendemos que uma enunciação mediada pela escrita, em especial aquela que demanda o processo de redação, edição, impressão e publicação, semelhante à enunciação literária de que trata Voloshinov (1926/1976), em geral, precisa lançar mão de mecanismos específicos para a construção de sentido, valendo-se preponderantemente do verbal, já que nela os componentes situacionais se camuflam nos recursos que o meio oferece. No caso do texto jornalístico impresso hoje, verificamos que esses mecanismos se fundam na natureza do material que o constitui: se outrora o texto impresso era de natureza preponderantemente verbal, na contemporaneidade, reconhecemos a função da visualidade na construção de sentido. Isso significa dizer que essa produção textual nos dias atuais lida com material verbo-visual. A diagramação da página, a escolha de fonte, destaques, os elementos fotojornalísticos etc. não configuram elementos acessórios para o efeito de sentido do texto jornalístico, antes, são constituintes desse texto. Portanto, a forma que projeta o conteúdo jornalístico é trabalhada verbo-visualmente.

Essa discussão é enriquecida com a que Bakhtin (1975/1998) desenvolve no texto “o problema do conteúdo, do material e da forma na crítica literária”. Apesar de o foco de sua reflexão ser a arte e, portanto, a questão estética, esse texto pode elucidar o lugar onde efetivamente se dão as relações sociais que constituem o evento enunciativo. De acordo com o autor (BAKHTIN, 1975/1998), a crítica literária falha ao identificar a literatura como uma arte particular, e não como um elemento da arte em geral. Não existem diferentes artes: pintura, escultura, literatura; existem, sim, diferentes materiais, portanto, diferentes modos de organizar seu conteúdo, mas a arte deve ser pensada a partir da estética geral. A crítica recai justamente sobre uma abordagem da estética material como fundamento da crítica das artes. Segundo Bakhtin (1975/1998), a estética material não dá conta do fenômeno artístico e somente por meio da estética geral é possível acessar o todo do objeto estético. No âmbito deste artigo, recuperamos, diante da amplitude de tal discussão, as noções de conteúdo, material e forma e as relações que se entrecruzam entre eles. Assim como em Voloshinov (1926/1976), nesse texto, Bakhtin (1975/1998) retira a ênfase dos estudos literários do material estritamente verbal e coloca em foco os valores que estruturam as relações entre o conteúdo e sua forma artística; relações estas mediadas por uma técnica material. De acordo com o autor (BAKHTIN 1975/1998), uma abordagem estritamente lingüística não dá acesso ao fenômeno artístico literário, ou, recuperando a comparação feita por Voloshinov (1926/1976), conhecer a constituição físico-química de determinado objeto não informa

diretamente sobre seu valor na sociedade. O ponto-chave, então, parece ser que, de uma perspectiva dialógica de linguagem, a forma molda um posicionamento, uma avaliação em relação àquilo que constitui o conteúdo de dada enunciação. É justamente essa relação manifesta na forma que inscreve a obra artística na sócio-história. Dessa maneira, a forma guarda uma relação direta com o conteúdo, e não com o material. Mas no âmbito do texto jornalístico na atualidade, o esclarecimento das relações entre a forma, o conteúdo e o material contribui com o quê?

Fazendo o percurso contrário de Voloshinov (1926/1976) e deslocando a discussão do “discurso na arte” para o “discurso na vida”, dimensão onde localizamos o texto jornalístico, sugerimos que o conteúdo dessa produção textual impressa nos dias de hoje se vale de uma materialidade verbo-visual, que não pode ser definida como visualidade somada ao verbal. Ao analisar a construção da ironia em perspectiva polifônica nas primeiras páginas de jornal, isto é, de um ponto de vista que recupera diferentes vozes equípolentes que constituem o enunciado jornalístico, Brait (1996) demonstra como o fenômeno discursivo jornalístico impresso se vale de mecanismos que articulam elementos verbo-visuais. Essa abordagem aponta como o conteúdo irônico, por assim dizer, está manifesto na forma como o material é articulado. A visualidade, nessa produção discursiva, não está dissociada nem associada ao verbal; antes, a visualidade e a verbalidade enunciativa constituem-se interdependentemente no momento em que juntas configuram a avaliação diante dos chamados fatos noticiados. Reformulando a discussão de Bakhtin (1975/1998) sobre a impertinência de uma abordagem estritamente lingüística do fenômeno literário, compreendemos que a cisão entre visualidade e verbalidade dificulta o acesso a fenômenos sócio-discursivos constitutivos da produção jornalística contemporânea⁴. É preciso, portanto, uma chave de entrada ao processo discursivo que não apague as relações entre o conteúdo, sua forma e material. De outra maneira, perdemos o estatuto do material semiótico por meio do qual se estabelecem as relações intersubjetivas que estruturam a enunciação. Passemos, então, à outra dimensão relacional de que nos valem para compreender a natureza do signo no jornal impresso.

Retornando à discussão de Voloshinov (1926/1976), ponderemos sobre a configuração do fenômeno enunciativo como o resultado da articulação de três sujeitos: o autor (enunciador), o ouvinte ou destinatário (co-enunciador) e o herói (o objeto da enunciação, a referência de valor da produção discursiva). Qualquer que seja a enunciação (artística ou não, oral ou escrita), é preciso que haja um núcleo ternário de sujeitos que compartilhem de um mesmo eixo axiológico a partir do qual se posicionem. O “herói” configura o conteúdo em relação ao qual o autor assume sua postura, que é manifesta na entoação, na avaliação, na apreciação valorativa traduzida numa forma. Esse posicionamento valorado só faz sentido, não obstante, face à relação que o autor mantém com o destinatário. Não há, portanto, como enunciar em um vácuo social; há sempre um convite de um “eu” a um outro para partilharem da avaliação de um conteúdo. É importante notar que o conteúdo, ou, ainda, herói ou personagem, para nos atermos aos termos do Círculo (VOLOSHINOV, 1926/1976; BAKHTIN, 1979/2003), não configura um elemento estático, que existe em algum lugar e do qual os enunciadores se apropriam. Diferentemente, trata-se de uma referência de valor, de um eixo axiológico, cuja existência é interdependente do autor e do destinatário. Uma instância enunciativa, do ponto de vista articulado por Voloshinov (1926/1976),

⁴ Certamente a construção dessa materialidade verbo-visual tem uma história. O desenvolvimento da tecnologia, incluindo aí tantas as técnicas de impressão e publicação, quanto às fotográficas, por exemplo, transforma, entre outros, a natureza do material semiótico. O escopo deste artigo, porém, não nos permite trazer essa historicidade para a discussão.

constitui-se nessas relações intersubjetivas. Dado que essas relações não são estáticas, antes, são processuais e dinâmicas e se atualizam a cada instante, compreendemos que a enunciação se estrutura a partir de processos de subjetivação que esse trio mantém. Atenemos, então, para o plano em que a subjetivação, assim compreendida, se dá.

Uma importante contribuição teórico-metodológica trazida por Bakhtin (1979/2003) para entender o lugar em que se entrecem esses processos de subjetivação é a diferenciação entre o *autor-criador* e o *autor-pessoa*. Enquanto este constitui uma unidade da realidade biossocial, um ser humano concreto, aquele configura uma posição na produção discursiva no âmbito da estética geral, e não da estética do material. Isso significa dizer que o lugar enunciativo do autor-criador é definido pelo modo como se insere na cadeia comunicativa, e, por mais que haja correspondência entre um ser físico e o produtor de um texto, a posição do autor-criador escapa os limites de um ser humano cognoscente. Para acessá-lo, portanto, é preciso recuperar os movimentos sócio-discursivos flagrados nas relações intersubjetivas que compõem uma obra de arte [ou qualquer fenômeno sócio-discursivo, a nosso ver]. Dessa maneira, mesmo que não nos atenhamos a obras de arte, percebemos que essa abordagem estética traduz uma postura epistemológica que, conseqüentemente, orienta procedimentos metodológicos. Dessa perspectiva discursiva, a aproximação estética configura um gesto de análise.

Em Voloshinov (1926/1998), já encontramos com clareza a distinção entre o “autor” e “destinatário”, como elementos constitutivos da enunciação, de um lado, e as pessoas reais que produzem e consomem os textos, de outro. É verdade que o autor (VOLOSHINOV, 1926/1976) parece igualar enunciador e pessoa física que fala ao tratar do discurso na vida a partir de um exemplo de interação oral face a face. Entretanto, compreendemos que a produção de um texto escrito que perpassa por um processo de pesquisa, redação, editoração etc. também implica um tratamento estético. Assim, assinatura propriamente dita de uma matéria não dá conta do acabamento que molda um texto jornalístico, fato que justifica uma abordagem estética dessa produção discursiva, mesmo que não se situe no âmbito artístico como o texto poético. No âmbito estético, tanto Voloshinov (idem) quanto Bakhtin (1979/2003) deslocam a empiria dos objetos que estudam do plano pragmático ou situacional imediato de dada enunciação para uma dimensão sócio-discursiva, na qual os processos de subjetivação não dizem respeito às pessoas do mundo biossocial. De acordo com ambos os estudiosos da linguagem (VOLOSHINOV, 1926/1976; BAKHTIN, 1979/2003), a abordagem das questões biográficas do autor-pessoa, para usar a definição de Bakhtin (idem), assim como as do destinatário, é pertinente à História, ou à Psicologia, e não aos estudos da literatura ou da arte de um ponto de vista social. Isso porque a obra de arte é compreendida como um fenômeno enunciativo entrecido nas relações intersubjetivas do autor (criador), do destinatário (aquele que o autor-criador leva em conta no ato de criação) e do herói (aquilo que é tematizado em dada enunciação). Não obstante, como Voloshinov (1926/1976) ressalta, a trama axiológica da enunciação não é explicitada. Enquanto referencial de valor, ela permanece no nível da organização enunciativa, e não no nível do conteúdo explicitado. Uma vez explícitos, explica o autor (idem), temos indícios de que esses valores estão sendo postos em xeque, são negociados, estão em transformação. O desafio dessa abordagem enunciativa, portanto, é acessar aquilo que organiza os processos de subjetivação inerentes a qualquer produção discursiva.

A pertinência dessa questão fica mais patente quando pensamos na produção de uma série de reportagens. Por mais que jornalistas específicos assinem a matéria e sejam fornecidos os créditos das fotografias presentes no produto final do texto, existe toda uma equipe de pessoas do mundo biossocial que atuaram na composição de toda a série: aqueles responsáveis pela diagramação, pela edição, pelos elementos publicitários

presentes (ou ausentes) na página do jornal, aqueles que decidiram quais fotografias incluir e quais excluir, que legenda atribuir, os que elaboraram os infográficos, ainda aqueles que impõem as coerções da editoria propriamente dita e assim por diante. O produto jornalístico, embora freqüentemente assinado por jornalistas específicos, não faz referência a todas as pessoas concretas que trabalham na constituição da produção discursiva. Entretanto, o fato é que o resultado final só configura uma série de reportagens porque, de algum modo, mantiveram-se as relações intersubjetivas entre o “autor-criador”, o “destinatário” e o “herói”⁵. Isso significa dizer que, para que o texto subsista como um enunciado, ou seja, para que o produto jornalístico gere sentido, toda uma equipe de profissionais coopera na constituição desses processos de subjetivação orientados por um eixo axiológico não articulado, como argumenta Voloshinov (1926/1976). Nosso trabalho, portanto, é desvelar aquilo que está pressuposto nessas relações intersubjetivas, que conferem o estatuto de enunciado a um texto jornalístico.

A questão da autoria, como ressalta Faraco (2005), perpassa em maior ou menor grau a maioria dos textos de Bakhtin e seu Círculo. Por ora, interessa-nos recuperar a distinção entre o autor-pessoa e o autor-criador e as implicações teórico-metodológicas que daí se desencadeiam, para acessarmos o plano em que abordamos os processos de subjetivação fundamentais à construção ideológica dos signos que povoam o texto jornalístico impresso. Uma vez compreendido o necessário deslocamento que a posição de autor-criador implica, vale a pena destacar algumas semelhanças enunciativo-dialógicas entre o texto jornalístico impresso e o texto nas ciências humanas, tal como o analisou Amorim (2004). Certamente recuperamos aqui apenas alguns pontos de encontro entre muitas aproximações e distinções possíveis de serem feitas.

De acordo com a tese da autora (AMORIM, 2004), que também parte de um olhar dialógico, o texto nas ciências humanas organiza-se a partir da sobreposição de dois planos enunciativos: o de campo e o da redação do texto científico. Na passagem de um para o outro, há uma inversão de posicionamentos dos sujeitos da enunciação, que a autora chama de *dupla inversão*. Esse dispositivo textual desvela o modo como o autor se relaciona com os demais sujeitos implicados na enunciação. No texto em ciências humanas, o objeto fala, o objeto é um sujeito produtor de textos com quem o autor interage, o que evoca uma organização enunciativa como se o destinatário fosse audiência de uma interação. Como no teatro, onde o público, muitas vezes, mesmo sendo o destinatário da peça, permanece ausente, assistindo ao espetáculo. Esse posicionamento, entretanto, é valorado e constitutivo da enunciação. A peça só é uma peça teatral, porque há um público que referenda o que se passa em cena.

De modo semelhante concebemos o texto jornalístico, aqui entendido não como um produto textual, mas como uma arena de relações intersubjetivas que definem os processos de subjetivação inerentes ao fenômeno enunciativo. Assim como o texto em ciências humanas, também o texto jornalístico busca, de certo modo, a verdade. Embora uma verdade diferente daquela perseguida na ciência, o texto jornalístico tem um compromisso ético específico que o orienta a reverenciar o objeto em respeito ao próprio objeto e ao público alvo de sua produção discursiva. Instaura-se, então, uma relação entre sujeitos em que o enunciador procura apagar-se. Se é verdade o que se diz, não importa quem o diz. O lugar do destinatário também é particular. Apesar de o texto ser dirigido a alguém, não se supõe sua interferência, de modo que o recuperamos nos

⁵ Usamos aspas para sinalizar dois pontos importantes: em primeiro lugar, não tratamos das pessoas empíricas que escreve, lê ou de quem se fala, mas de posições intersubjetivas constitutivas da enunciação; em segundo lugar, não tratamos de obra de arte neste artigo, e a apropriação dos termos se deve à pertinência da discussão filosófico-teórica neles concentrada. Uma vez esclarecida nossa questão teórica, deixaremos de usar aspas.

pressupostos que denunciam os valores constitutivos dos processos de subjetivação do enunciado. Isso porque, retomando o que defende Voloshinov (1926/1976), entendemos que a relação entre os sujeitos inerentes a uma enunciação tem sua origem no compartilhamento de valores comuns que faz desses sujeitos um grupo, uma unidade social. De outra maneira, apenas justapondo sujeitos sem um eixo axiológico a partir do qual uns possam se posicionar em relação aos outros, não é possível enunciar, não é possível construir sentido.

Esclarecida a perspectiva da qual concebemos a relação entre conteúdo, forma e material na produção discursiva, bem como as relações que definem os processos de subjetivação num enunciado, chegamos ao ponto-chave da questão aqui levantada: qual o estatuto dos signos que constroem sentido no texto jornalístico impresso num momento histórico em que se prestigia o imediatismo ao qual o processo de publicação não pode atender com a mesma prontidão de outros meios? Apesar de essa discussão se situar na contemporaneidade, a formulação teórica da natureza do signo que compõe nosso objeto está em estudos também da década de 20 do século passado.

Bakhtin/Voloshinov (1929/1999), defendendo a aplicação do método sociológico nos estudos da linguagem, insere o problema da significação [neste trabalho, do sentido] na base da discussão filosófica da linguagem. Na abertura do primeiro capítulo do livro, o autor (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929/1999) pontua a relevância da filosofia da linguagem para o método marxista, ressaltando a interdependência entre a ideologia e o signo. Da perspectiva apresentada, não é possível organizar, de um lado, os produtos ideológicos e, de outro, o universo semiótico. Isso porque, *tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo* (idem, p. 31). Um produto ideológico, portanto, não configura um corpo físico que coincide consigo mesmo, com sua própria natureza; antes, traduz e instaura (ou reflete e refrata, para usar os termos de Bakhtin/Voloshinov) uma realidade, um significado outro, diferente de atribuições essenciais constitutivas. Retomando o exemplo utilizado pelo próprio autor (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929/1999), a foice e o martelo enquanto coincidem consigo mesmos, ou seja, enquanto situados numa dimensão em que configuram meros instrumentos, não constituem produto ideológico. Todavia, na condição de emblemas (da antiga URSS, por exemplo), deslocam-se para um plano em que traduzem sentidos que instauram representações exteriores aos instrumentos propriamente ditos. Para melhor compreensão desse ponto de vista, vale a pena retomar a conceituação de signo lingüístico.

Especificamente no âmbito dos estudos de orientação estruturalista, a noção saussureana de signo como entidade psíquica composta de duas faces indissociáveis – o significado (conceito) e o significante (imagem acústica) guarda uma peculiaridade que, simultaneamente, funciona como brecha para crítica e sugere que o material semiótico escapa o nível capturado pela forma lingüística. Ao defender a natureza arbitrária da relação entre o conceito e sua imagem acústica, o extraverbal é introduzido na discussão. A partir daí, Benveniste (1939/2005) pondera que a noção de arbitrariedade na proposta saussureana traz para o plano da forma a realidade objetiva, que se localiza fora do âmbito lingüístico. Benveniste (idem) argumenta que a relação entre significante e significado não é arbitrária, mas necessária. O que nos permite como falantes “distinguir idéias” [construir sentidos, neste artigo] é justamente a relação necessária entre essas duas faces do signo; a ausência ou supressão de qualquer uma delas (o conceito ou a imagem acústica) desfaz o construto do signo lingüístico. Dessa maneira, o conceito nos garante acesso à forma lingüística, ao sistema da língua. Daí, sim, a pertinência da conhecida comparação desse conceito com uma folha de papel ou uma moeda, que não podem ser concebidas sem uma de suas duas faces. O que nos interessa

ressaltar nessa abordagem e sua crítica é exatamente o problema da referência e o lugar para o qual aponta. Se a realidade biossocial objetiva é evocada pela idéia de arbitrariedade, estamos diante da co-referência que não constitui um produto ideológico. Entretanto, se entendemos que o signo remete não simplesmente a uma realidade objetiva, e sim a outros signos, aí situamo-nos em outro plano. Se essa referência, porém, estacionar no nível sistêmico da linguagem, de algum modo, guardamos uma atitude de coincidência, no caso, de um “corpo lingüístico” consigo mesmo. Diferentemente, se entendemos que o signo aponta para uma realidade configurada nas relações entre sujeitos, saltamos do nível estritamente lingüístico do material semiótico e deparamo-nos com um signo ideológico.

Essa não coincidência do corpo físico, elemento da realidade objetiva, com o sentido que aponta para outra dimensão diferente da realidade natural, por assim dizer, mas que a reflete ao mesmo tempo que a reconstrói é o que define a interdependência entre a ideologia e o universo semiótico. Daí a afirmação categórica de Bakhtin/Voloshinov: *tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia* (1929/1999:31). É importante atentar para o fato de que, se os signos e a ideologia passam a habitar um mesmo universo, não há como gerir o material semiótico fora do âmbito sócio-histórico. Aqui vale citar a tradução das palavras do próprio autor:

*Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois **homo sapiens** quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se* (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929/1999: 35).

A relação necessária, dessa perspectiva, se dá entre significante, significado e o fenômeno enunciativo no qual esse signo se circunscreve. Assim, os sentidos produzidos não se restringem às possibilidades oferecidas pelo sistema de uma língua, mas abrangem também as coerções sócio-históricas da enunciação. Devemos ir mais além e verificar que a produção de sentido se dá nas bases que organizam a própria enunciação, quais sejam: as relações entre conteúdo, forma e material e as relações intersubjetivas inerentes à produção discursiva. Isso nos permite dizer que o signo ideológico não se limita às possibilidades oferecidas pela materialidade estritamente verbal, portanto, não está preso ao plano do material lingüístico, e se fundamenta no encontro dos sujeitos que compõem qualquer enunciação.

Diante dessa breve discussão teórica, recolhemos e destacamos alguns pontos fundamentais para pensar o estatuto dos signos que compõem o texto jornalístico impresso na atualidade. A reflexão resgatada a partir de escritos da década de 20 do século passado de Bakhtin e seu Círculo nos permite saltar do plano estritamente lingüístico e verbal para o ideológico, postura que implica repensar a natureza do material semiótico que atravessa a produção discursiva. Atentar para as relações que se estabelecem entre conteúdo e forma por meio de dado material, dá acesso a uma dimensão na qual há interdependência, e não simplesmente complementariedade, entre a visualidade e elementos verbais. Assim, o conteúdo manifesto numa forma, de uma perspectiva enunciativo-dialógica, requer o manejo de um material tal como a tecnologia tem viabilizado na atualidade. Essa atenção às relações do conteúdo com a forma e o material de dada produção discursiva é atravessada, ainda da perspectiva dialógica, pela ideologia. A postura ideológica face ao fenômeno semiótico, por sua vez,

justifica-se a partir da unidade social constituída por meio dos processos de subjetivação inerentes ao enunciado. É dessa perspectiva que abordamos o texto jornalístico impresso. Antes de entrar na análise de dados propriamente dita, pontuamos alguns aspectos metodológicos e do contexto de pesquisa.

2 METODOLOGIA E CONTEXTO DE PESQUISA

Para responder a questão sobre a natureza do signo em reportagens da mídia impressa na contemporaneidade, escolhemos a série “Transporte preferido: os pés” (BARRETO, 2004; RIBEIRO, 2004; BARRETO, REMÍGIO *et al.* 2004; CAMINHADAS, 2004) publicada pelo jornal carioca *O Dia* em agosto de 2004 e premiada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) no mesmo ano. A opção por essa série se deve ao contexto enunciativo de onde a recuperamos: a premiação e o que isso representou para a editoria premiada. Esse recorte permite trazer em discussão as relações entre os sujeitos da enunciação de um modo diferente da situação de publicação ordinária de uma reportagem. Uma vez deslocada das bancas para o contexto de premiação, há um rearranjo enunciativo que, da dimensão em que compreendemos os processos de subjetivação, ratifica a diferenciação das pessoas empíricas que produziram e/ou consumiram esse(s) texto(s) dos sujeitos a partir dos quais a enunciação se organiza. Por mais que a materialidade publicada e a premiada coincidam, os acontecimentos enunciativos são distintos, singulares, o que implica processos de subjetivação não-coincidentes.

A série aqui analisada configura um gesto da editoria do jornal de reconstrução da identidade institucional. Fundado em 1951 com um apelo sensacionalista, a partir da década de 80, passa a investir na publicação de matérias sérias para o público de classes menos favorecidas. Na década de 90, o investimento conta com contração de jornalistas e editores que contribuíssem na construção de uma nova identidade institucional, segundo as informações disponibilizadas no sítio comercial da empresa⁶. Essa mesma década também foi marcada pelo investimento em nova tecnologia, e em 1998 o jornal passou a ser totalmente em cores. O ano de 2004 – ano de publicação e premiação da série “Transporte preferido: os pés” aqui analisada – foi o ano em que essa editoria mais recebeu prêmios jornalísticos, de acordo com o depoimento de um dos jornalistas que participou de sua produção. Trata-se de uma série de reportagens assinada por uma equipe da editoria de política e publicada na seção “Nosso Rio: o que acontece perto de você”, em quatro dias do mês de agosto: 03 (página inteira, BARRETO, 2004; RIBEIRO, 2004), 04 (página inteira, BARRETO, 2004), 08 (página dupla, BARRETO; REMÍGIO *et al.* 2004) e 09 (um terço de página, CAMINHADAS, 2004). Neste artigo, porém, analisamos a matéria tal como submetida ao concurso que a premiou, o que requer detalhamentos desse contexto.

A CNT, fundada em 1954, é uma entidade sindical de âmbito nacional. Conforme as informações disponibilizadas no sítio da CNT⁷, a Confederação tem como objetivo promover o desenvolvimento e a defesa dos transportadores e do setor de transporte. Dentre suas várias atuações, está o Prêmio CNT de Jornalismo, criado em 1994, para destacar os trabalhos jornalísticos que ressaltam o papel do transporte no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Brasil e que versam sobre diferentes aspectos ligados ao tema e apontam tanto os problemas quanto as soluções para o setor de transportes.

⁶ http://www.odiacomercial.com.br/Grupo/jornal_historia.html

⁷ <http://www.cnt.org.br>

Abordando a série do contexto de premiação, desse gesto institucional da editoria do jornal, o percurso de análise segue as pistas deixadas pelo enunciador do lugar de onde fala e do modo como se relaciona com os demais sujeitos enunciativos. A partir dessas relações intersubjetivas, descrevemos os artifícios verbo-visuais que configuram signos ideológicos nessa produção discursiva.

3 O TEXTO JORNALÍSTICO IMPRESSO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NA CONTEMPORANEIDADE

A série analisada pela comissão julgadora do Prêmio CNT de Jornalismo foi apresentada no concurso numa configuração diferente daquela como foi publicada. Embora mantidas as dimensões do jornal bem como a diagramação daquilo que foi disponibilizado nas bancas, para o concurso, a série foi impressa em folhas de papel branco, e destacadas de qualquer outro conteúdo da edição do dia de publicação e encadernada em espiral, ou seja, foi apresentada como um texto autônomo. No recorte e rearranjo do texto, previstos no próprio regulamento do concurso, encontramos o primeiro silêncio; o silêncio dos outros textos que juntamente com a série compuseram uma edição. Essa nova organização material do texto, entretanto, não apaga todos os mecanismos discursivos que arquitetam a produção discursiva. Pelo contrário, corroboram determinados efeitos de sentido. Certamente, não encontramos na série nenhuma marca que aponte de modo preciso a algum outro texto da edição, mas as marcas editoriais dão acesso a uma dimensão maior que a simplesmente textual das reportagens.

No topo das páginas ímpares, com caracteres bem discretos se comparados aos demais da página, encontramos, do lado esquerdo, a data de publicação original e, do lado direito, o número da página do jornal. Nas páginas pares, a posição da data e da numeração da página é invertida. Há aí um primeiro índice que nos remete a algum outro lugar que não estritamente o recorte das reportagens; as datas são múltiplas e as páginas não contíguas sinalizam uma compilação de diferentes publicações. Essa enunciação é marcadamente outra, e são os sujeitos que a organizam que nos interessam. Consideremos, então, a abertura da série:

Transporte preferido: os pés

Plano Diretor mostra que maioria da população faz suas viagens caminhando. Depois, vêm os ônibus que circulam nos municípios

VIVIANE BARRETO

Diante dos engarrafamentos que esquentam os ânimos de motoristas e passageiros, ninguém imagina que, das 19,7 milhões de viagens – referentes ao deslocamento das pessoas – realizadas diariamente na Região Metropolitana, 6,7 milhões sejam feitas a pé. Os dados fazem parte das primeiras informações do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU). O levantamento, do Governo do estado, reorganizará o trânsito e o transporte na cidade.

A pesquisa mostra que 46,6% da população da Região Metropolitana (11,2 milhões) foi considerada imóvel. “São 5,2 milhões de pessoas que não se deslocam no dia anterior à coleta de dados. Ou ficam em casa ou não andam mais do que 500 metros. Usamos essa distância como parâmetro para considerar se realizaram viagens”, explica o engenheiro Antônio Luiz Mourão Santana, diretor da Oficina Consultores, uma das três empresas responsáveis pelo levantamento. As outras são Logi e JUP.

Quase 50% das viagens são de transporte coletivo. Apesar do alto número de pessoas que andam a pé, o transporte coletivo ainda é a primeira opção. São 9 milhões de viagens por dia – 46% – utilizando ônibus, trem, metrô, barcos e bondes, entre outros. O meio individual, como carro, táxi e motos, chega a 3,2 milhões.

MEIO PRINCIPAL	VALORES	PERCENTUAL	MEIO PRINCIPAL	VALORES	PERCENTUAL
A pé	6.712	34,04%	Transporte Escolar	187	0,90%
Ônibus municipais	4.658	23,70%	Táxi	181	0,90%
Ônibus intermunicipais	1.411	8,17%	Motocicleta	101	0,51%
Automóvel próprio	2.096	10,62%	Transporte fretado	90	0,46%
Carro em aluguel	867	4,40%	Barco, ambulância e subterrâneo	90	0,46%
Bicicleta ou ciclomotor	625	3,17%	Carrinho	27	0,14%
Moto	283	1,43%	Bonde	3	0,01%
Trem	293	1,49%	Outros	44	0,22%

(O ESTUDO REGISTROU UM TOTAL DE 19,73 MILHÕES DE VIAGENS)

* NÚMERO EM MILHÕES



O TRANSPORTE coletivo ainda é mais utilizado do que os indivíduos

34 mil domicílios foram pesquisados

O levantamento do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU) começou a ser executado em outubro de 2002. Durante esse tempo, 423 pesquisadores e supervisores percorreram 40 mil domicílios na Região Metropolitana, entrevistando todos os moradores da residência. Desse total, os responsáveis pelo estudo consolidaram os dados de 34 mil domicílios. O objetivo é conhecer o deslocamento diário dos usuários de transporte de massa. “Também será possível realizar o planejamento a curto, médio e longo prazos, prevenindo situações futuras e detectando quais as medidas necessárias para atender aos desejos da população”, afirma o presidente da Central.

Amanhã, o movimento das viagens dentro do Rio

16,7%. “Em comparação com a Região Metropolitana de São Paulo, o Rio utiliza muito mais o transporte coletivo. Lá, a porcentagem do meio individual sobe para 32%”, diz Albino Azeredo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central). Os dados comprovam que a exclusão social é grande. “Se

46% foram considerados imóveis num dia, isso aponta, por exemplo, que a taxa de desemprego é alta”, acredita Albino. Com o perfil traçado dos usuários, será possível saber onde e quais são os maiores problemas no transporte do estado. “Já temos a base de dados. Em dois meses, simulador deve estar pronto. Com ele, poderemos

saber a eficiência dos projetos para o transporte, como a construção de linhas de metrô”, afirma Santana. O PDTU indica detalhadamente a origem e o destino dos usuários. “Sabemos por onde eles vão e quantas viagens são obrigadas a fazer por não ter uma linha de ônibus direta, por exemplo”, afirma Albino.

em cima das carências apontadas no levantamento. Para Albino Azeredo, presidente da Central, pesquisas como estas permitem aos governos e supervisores percorrerem e planejar as ações para compatibilizar a oferta dos serviços de transporte com as necessidades dos usuários. “Também será possível realizar o planejamento a curto, médio e longo prazos, prevenindo situações futuras e detectando quais as medidas necessárias para atender aos desejos da população”, afirma o presidente da Central.

(BARRETO, 2004:3)

Ainda no topo da página, logo abaixo da data e da página, há uma faixa azul com a inscrição do caderno em que as reportagens foram publicadas. Ali há uma marca lingüística do enunciador e do destinatário. Nos dois primeiros dias (ou nas duas primeiras páginas do texto premiado), essa faixa é mais alta que nos demais dias (ou nas demais páginas) e a inscrição é “NOSSO RIO”, em cor branca, fonte *Franklin Gothic Book* tamanho 55,5. Abaixo da faixa azul, também em caixa alta, com a mesma fonte, porém em cor azul e tamanho 21,5, encontramos “O QUE ACONTECE PERTO DE VOCÊ”. Nos demais dias (nas demais páginas), a faixa azul tem a altura diminuída, e a inscrição passa a ser “O DIA/ NOSSO RIO” em cor branca, caixa alta, fonte *Franklin Gothic Medium*, tamanho 9, sem nenhuma outra inscrição abaixo. Nessa apresentação, encontramos pistas que nos dizem desse “eu” e do destinatário com quem interage nessa produção discursiva. Num primeiro momento, há uma separação espacial entre o “eu” e o destinatário: o Rio é “nosso” (embora ainda não saibamos a natureza desse plural, se inclusivo ou não), mas o “eu” fala de um lugar outro, e não aquele onde acontecem os fatos trazidos nessa seção do jornal. Esse lugar onde os fatos acontecem parece ser o lugar do destinatário (você) apenas. Essa disposição espacial supostamente exterior ao texto das reportagens, ou seja, supostamente integrante da edição, mas não do texto das reportagens propriamente dito, aponta para a dimensão discursiva onde se dá a tensão entre autor-criador, destinatário e herói. É nesse plano em que os sujeitos implicados na enunciação habitam lugares distintos. No mundo biossocial, jornalistas, editoria, gráfica e leitores em geral localizam-se no Rio de Janeiro.

O título da primeira reportagem, que dá nome a série, traz em si uma chave cuja referência não podemos precisar a princípio: “Transporte preferido: os pés”, escrito em fonte *Franklin Gothic Medium*, tamanho 64, ocupando as seis colunas da página. A noção de preferência não está claramente vinculada a um referente. Preferido por quem? A partir da perspectiva de quem? Na condição de sintagma, não recuperamos nem mesmo os sujeitos lingüísticos de algum modo imbricados nessa estrutura. Alguém prefere alguma coisa em detrimento de outra(s). Na função de adjetivo, “preferido”

aponta perspectivas, sem revelar os lugares dos envolvidos. Além disso, a estrutura não nos permite saber quais são os elementos descartados da preferência. Todavia, a abertura da série apresenta personagens⁸ que ajudam a identificar os primeiros movimentos dos processos de subjetivação ali. O subtítulo, escrito com a mesma fonte que o título, porém no tamanho 29,5, e em duas linhas, é composto por duas frases e apresenta outros elementos relevantes para a composição desse espaço enunciativo. A primeira frase consiste de um período composto por subordinação: o sujeito da oração principal traz o governo do Estado (“plano diretor” – Plano Diretor de Transportes Urbanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro) para o plano de ação na condição de sujeito cognoscente, ao passo que, o sujeito da oração subordinada substantiva objetiva direta traz a população para um outro tipo de plano de ação na condição de sujeito cognoscível. A ação de “fazer viagens” está descrita nesse subtítulo assim como a “circulação de ônibus” nos municípios; porém, o agir, como tomada de atitude, cabe ao governo. No espaço enunciativo que se constrói, a população parece ocupar o lugar de objeto, e não de sujeito.

O texto que segue organiza-se por meio de texto verbal, infográfico e um elemento fotojornalístico e ocupa pouco mais da metade superior da página do jornal. Na coluna da esquerda, há a assinatura da jornalista responsável pela matéria e uma seqüência de texto verbal. A segunda, terceira e quarta colunas têm 34 das suas 45 linhas preenchidas por um infográfico. Na quinta e sexta colunas, o elemento fotojornalístico ocupa 21 das 45 linhas ocupadas por essa reportagem assinada pela jornalista Viviane Barreto. O infográfico, como sua própria concepção determina, articula informações verbais e não verbais. Seu título “Assim viaja a humanidade” (em caixa alta, fonte *Franklin Gothic Book*, tamanho 11) é seguido por informações de porcentagens que descrevem o modo de transporte da população, e, entre essas informações numéricas e o desenho que ilustra esses diferentes meios de deslocamento, há novamente a presença do Governo do Estado (“O Estado registrou um total de 19, 715 milhões de viagens”, em caixa alta, mesma fonte do título do infográfico, tamanho 7,5; frase envolvida por uma borda que a destaca tanto das informações apresentadas acima, quanto dos desenhos abaixo). Sujeito do verbo “registrar”, novamente o governo ocupa o lugar daquele que conhece o outro, um lugar privilegiado para ver o outro.

Esse distanciamento e separação da população são construídos também por meio do elemento fotojornalístico. A fotografia de arquivo (12/07/2001, de Léo Corrêa) não pode ser tomada como mera ilustração. O plano geral, a câmera alta (plano picado, de acordo com a nomenclatura de SOUSA, 2004) e o registro de uma avenida com trânsito intenso, flagram um acontecimento do qual o enunciador não participa. A fotografia registra o olhar de quem está acima da situação capturada na composição fotográfica. Do enunciador guardamos apenas a perspectiva, já que nem mesmo a legenda desvela quem está nessa posição: “O transporte coletivo ainda é mais utilizado do que os individuais” (fonte *Franklin Gothic Book*, tamanho 9, sendo o sintagma “o transporte” em caixa alta, negrito e tamanho 8). Portanto, a legenda e a composição fotográfica colocam em foco o transporte e apagam o sujeito que diz desse transporte, o sujeito que age, ou que pode agir, sobre a situação.

Mantendo essa disposição, as referências ao governo e à população apontam para os diferentes lugares que estes e aqueles ocupam. Dentre as maneiras por meio das quais o governo entra em cena nessa enunciação, destacamos: Plano Diretor de Transportes Urbanos, Governo do Estado, Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística e as reformulações de cada um deles. O governo é personificado

⁸ Ainda não tratamos do “herói” neste ponto.

por meio de membros dos diferentes órgãos mencionados, e fragmentos de entrevistas são apresentados. São citados nessa reportagem de abertura: o engenheiro Antônio Luiz Mourão Santana, diretor da Oficina Consultores (uma das três empresas responsáveis pelo levantamento que o Governo vem fazendo); Albuino Azevedo, presidente da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística; Arolde de Oliveira, secretário municipal de Transportes. Aqui encontramos mais um elemento que funciona como chave para interpretação do eixo referencial do título. No quarto parágrafo desse texto de abertura, a “exclusão social” é mencionada, e a frase seguinte consiste de uma citação direta de Albuino Azevedo, membro do governo. A harmonia e contigüidade entre o texto jornalístico e o discurso direto apresentado sugere que a perspectiva da “exclusão”, portanto, é a do governo, de quem está de fora do problema; é uma exclusão do que lhe é exterior. Hipotetizamos, então, que a preferência de que trata o título da série também seja articulada desse posicionamento. Uma preferência descrita por alguém que não vive a experiência da escolha; alguém exterior ao lugar onde se encontram os elementos a serem escolhidos e/ou rejeitados.

As designações da população nesse fragmento de texto localizam-na no espaço onde os fatos acontecem e sobre o qual o governo age. O “perto de você” já sinalizado pela própria seção em que se insere a reportagem coincide com o lugar em que habitam “pessoas que andam a pé”, “motoristas”, “passageiros”, “usuários” [dos meios de transporte], “moradores”, até mesmo “humanidade”, enfim, todas as reformulações das designações da população. Essa maneira de se referir ao povo circunscreve-o no plano sobre o qual o governo age, o que ratifica a assimetria entre os sujeitos; assimetria que diz respeito não à hierarquia da organização social, mas assimetria quanto à posição do agir discursivo. Vejamos como a enunciação se desenvolve.

Depois dessa abertura da série, personagens concretos da população são introduzidos em cena. A partir daí, os elementos fotojornalísticos começam a ter destaque, e cada vez menos espaço é reservado ao texto escrito. Há um predomínio de retratos, tipo de fotografia jornalística utilizada, sobretudo, para apresentar as feições das personagens mencionadas ou citadas no texto, segundo descreve Sousa (2004). O autor (SOUSA, 2004) ressalta, todavia, que o retrato deve capturar uma expressão facial que co-construa sentido com aquilo que o texto verbal apresenta. Da nossa perspectiva, a introdução de um retrato não apenas ilustra, mas compõem o sentido junto com o texto verbal. Isso porque não há uma complementariedade entre ambos, mas interdependência. Consideremos, por exemplo, a visualidade de parte da reportagem inserida abaixo da abertura da série:

Passe livre para estudantes sob ameaça

Cartaz afixado nos ônibus que circulam no Rio alerta que alunos da rede pública sem o cartão magnético terão que pagar passagem

MELISSA RIBEIRO

O reinício das aulas ontem trouxe surpresa para muitos alunos da rede pública. Cartazes afixados nos ônibus da capital alertam que apenas terá direito à gratuidade quem estiver com o RioCard – o passe livre em forma de cartão magnético. Segundo informa o aviso, quem não apresentar a carteirinha eletrônica terá que pagar a passagem ou não poderá andar nos ônibus. Estão com o benefício ameaçado 387.186 alunos das redes estadual e municipal que ainda não completaram o cadastramento do cartão e 94.753 estudantes, idosos e deficientes que não retiraram o novo documento.

Segundo a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU), a gratuidade tem



ODEAN (E) e Thiago se surpreenderam com cartaz avisando a cobrança. Os dois alunos não receberam cartão

O que fazer se você não tem o cartão

■ O Rio Ônibus orienta a quem não fez o cadastro que procure a direção da escola. Quem já se inscreveu mas ainda não tirou foto deve telefonar para 2206-9999, para agendar dia, hora e local. O deputado estadual Carlos Minc (PT) afirmou que a Lei do Passe Livre garante gratuidade a todos, mesmo sem o cartão eletrônico exigido pelo Rio Ônibus. "O aluno não pode pagar pela burocracia e demora para fazer o cartão. A empresa que impedir o aluno de viajar de graça está cometendo crime", afirmou.

As aulas recomeçaram ontem nas redes estadual e privada. Para garantir segurança aos alunos, a Guarda Municipal or-

ganizou esquema especial para o horário de entrada e saída na porta de 53 escolas, sendo 15 particulares de grande movimentação. Hoje recomeçam também as atividades de ronda escolar, acompanhando o reinício das atividades no município. Participam 227 guardas em 686 das 1.045 escolas municipais. Outros seis colégios na Zona Norte também ganharam reforço. A ronda já cobre 66% das escolas e utiliza 30 agentes.

Do total de 383 guardas de trânsito, 57 foram destinados às escolas, ontem, nos horários de pico. Eles orientavam alunos na travessa, o trânsito e principalmente os responsáveis, que paravam carros em fila dupla.

(RIBEIRO, 2004:3)

Nesse fragmento, a população está representada na figura dos estudantes. Sua posição de segundo plano, entretanto, é reafirmada como na reportagem precedente. Já no título encontramos a palavra “ameaça”, no caso, dirigida aos estudantes. Mesmo sem verificar os demais elementos verbais do título ou do corpo da reportagem, identificamos no elemento fotojornalístico uma distribuição espacial dos sujeitos que os localiza num plano inferior. Ocupando três colunas (a segunda, terceira e a quarta) e 24 das 48 linhas do corpo do texto da reportagem, esse item ratifica o posicionamento de um governo em outro lugar, em situação privilegiada de destaque e com possibilidade de ação. A fotografia de Alexandre Brum traz, em primeiro plano, um cartaz da prefeitura do Rio de Janeiro avisando sobre a garantia (ou perda) da gratuidade para estudantes e, em segundo plano, dois estudantes entrando no ônibus. O desequilíbrio na composição em planos marca a assimetria dos espaços, e a legenda corrobora esse efeito de sentido. Na segunda frase da legenda, o sintagma nominal “Os dois alunos” funciona como sujeito do verbo receber. Além da passividade inerente ao verbo receber (independente da voz verbal que, no caso, é ativa), o verbo é precedido de negação. “Os dois alunos” não agem; a posição de agir é a do outro.

A partir desse segundo fragmento, a população passa a ser representada no texto por meio de personagens e seus depoimentos, de modo que, na visualidade, recuperamos apenas a população. Não há nenhuma representação fotojornalística do governo, ou daqueles em posição de agir. Referências a estes são feitas no que há de verbal no enunciado. A população, em contrapartida, passa a preencher verbo-visualmente a maior parte do espaço físico na folha de papel e, discursivamente, habita um lugar onde não pode transformar sua realidade. Os depoimentos recolhidos bem como sua maneira de apresentação evocam uma organização textual semelhante à novela televisiva ou às séries de TV, nas quais as personagens e suas pequenas histórias compõem um tema maior que define o todo do programa. A introdução de retratos, em especial, de retratos ambientais (SOUSA, 2004), isto é, retratos nos quais o ambiente configura um sujeito fotográfico junto com as pessoas retratadas, funciona como artifício discursivo para a composição da reportagem.



500 quilômetros por semana

Diferentemente da maioria, que utiliza transporte coletivo para trabalhar, Ricardo Rachid não abre mão do carro. "Dou aula em lugares distantes. Não poderia usar outro tipo de transporte porque não chegaria a tempo. São 500 quilômetros, gastando 10 horas no trânsito por semana".

Rápida, prática e econômica

Motos ainda participam pouco do transporte das cidades. São 101 mil viagens diárias sobre duas rodas (0,5% do total). "Vou de moto para o trabalho. É mais rápido, prático e econômico. Não tenho dificuldade para estacionar, mesmo no conturbado Centro", conta Vinicius Feliciano.

'Os ônibus demoram a passar'

O transporte público ainda é o mais utilizado pela população. Das 19,7 milhões de viagens realizadas diariamente na Região Metropolitana do Rio, 46% são nos coletivos. "Os ônibus são meu único meio de transporte. Mas eles custam a passar. Quem dera ter carro", diz Roberta Kelly.

(BARRETO; REMÍGIO *et al.*, 2004:7)

Os números e porcentagens apresentados na abertura da série ganham, ao longo de seu desenvolvimento, personagens concretas que vivenciam as situações descritas e delas dão depoimento. Notemos que essa inserção discursiva não configura ação na mesma perspectiva do agir governamental. As pessoas da população são introduzidas nessa trama textual para ratificar aquilo que já fora descrito e previsto. Essas pessoas falam, mas como personagens emolduradas pelo plano de ação que pertence ao outro, e não a elas. Retratados junto com os meios de transporte que utilizam, essas pessoas são introduzidas como personagens dentro da enunciação, e não como sujeitos que podem efetivamente agir no mundo. "Quem dera ter carro" (BARRETO; REMÍGIO *et al.*, 2004:7), exclama uma das entrevistadas, reafirmando sua impossibilidade de transformação da realidade do universo em que vive. Isso sugere que funcionam como personagens de uma história que até diz de si mesmas, mas cujo roteiro não lhes pertence. Essa postura discursiva diante da população ratifica a distinção espacial anunciada já pelo nome da seção onde se inscreve a série de reportagens. O lugar de quem fala difere do lugar daquele de quem se fala, e essa distinção marca a posição superior do enunciador, que pode agir sobre o lugar no qual a população é discursivamente localizada. Nessa trama, a apresentação de uma personagem em particular destaca essa assimetria. Observemos a abertura do terceiro dia da série:



População sofre cada vez mais com a crise no transporte

(BARRETO; REMÍGIO *et al.*, 2004:6)

Conhecemos essa personagem por um enquadre muito diferente de qualquer aproximação nas relações sociais convencionais. A fotografia de Alexandre Brum traz em primeiro plano os pés descalços de uma pessoa, que somente no texto verbal é nomeada. Mesmo assim, a frase em que a personagem é apresentada faz expandir o campo de sentido capturado pela fotografia, partindo do mesmo ponto: “As solas grossas dos pés da aposentada Maria José Pinto da Silva, 75 anos, provam a rotina diária de caminhadas.” (BARRETO; REMÍGIO *et al.*, 2004:6). Notemos que o sujeito da frase é “as solas grossas dos pés”; a identificação da aposentada é feita, como na fotografia, a partir dos pés. A legenda em destaque no lado esquerdo da fotografia (“em carne viva”, fonte *Franklin Gothic Medium*, tamanho 74) traz para a enunciação o sofrimento da personagem, que teria sido registrado na expressão facial, caso essa apresentação tivesse se dado de maneira convencional, por meio de um retrato. O movimento textual aqui funciona como o movimento de um filme que, a partir do enquadre dos pés dessa personagem, vai movendo a câmera até chegar ao seu rosto. No texto impresso, o rosto da personagem só aparece na metade inferior da página e é reapresentado no último dia da série, como signo do sofrimento da população. Sua expressão facial transmite o esforço, o cansaço e a dificuldade face à crise no sistema de transporte nesse lugar em que o enunciador não se encontra.

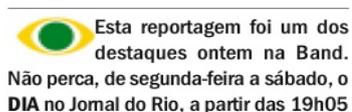
O título da reportagem retoma o sofrimento, deslocando-o do nível pessoal para o coletivo. O modo de tratar o tema, aproximando-se da personagem a uma distância socialmente não convencional, reforça a postura do enunciador face à população. Sua postura de cognoscente frente ao cognoscível, como aquele que pode agir sobre o outro, que é localizado num plano em que as ações configuram sombras do agir daqueles que se situam alhures, no plano em que é possível tomar decisões e interferir no mundo.

Nessa arquitetura discursiva, flagramos o autor-criador no silêncio visual, por assim dizer. Se a abertura da série é atravessada por uma suposta impessoalidade, seu desenvolvimento marca a posição do enunciador. O plano diferenciado e superior no qual o enunciador se localiza projeta um autor-criador que se revela no modo como as personagens dessa série são introduzidas no texto. A visualidade tematiza a população, porém, a perspectiva dessa visualidade aponta para um sujeito que a concebe como objeto. Isso só se justifica, não obstante, face à cumplicidade do destinatário dessa produção discursiva. Convidado pelo enunciador a seguir seu percurso enunciativo, o destinatário é construído a partir da convivência com seu ponto de vista. Num primeiro momento, o enunciador diferencia verbo-visualmente o plano do agir sobre o outro, nesta série atualizada na figura do governo, seja estadual ou municipal, do plano do agir em função do outro, no caso, o lugar da população, cujas ações são representadas dentro dos limites da ação do governo. O agir capaz de transformar a realidade social, desse ponto de vista, não pertence ao povo, que constituem personagens de um enredo conduzido por pessoas de um outro lugar.

No desenvolvimento da série, a perspectiva da qual as personagens são apresentadas posiciona o destinatário junto do enunciador. O destinatário compartilha o lugar privilegiado para ver o outro, e isso se acentua conforme vai conhecendo esse objeto (a população) sem ser conhecido (sem ser objeto nessa visualidade) até o ponto em que essa população é simbolizada pelos pés descalços de uma aposentada que sofre as conseqüências da crise no transporte na região metropolitana do Rio de Janeiro; marca clara de objetivação do outro, já que esse ponto de vista só é acessível a quem não está no lugar em que essa população habita. Mas notemos que o destinatário é convidado a se localizar junto ao enunciador. De princípio, como indica o pronome “você” no subtítulo da seção na abertura da série, aquele com que o enunciador fala se localiza no plano onde as coisas acontecem, mas não onde as pessoas agem. Sua

passagem para o plano da ação, entretanto, não o tira da condição de espectador, de modo que contempla de um lugar privilegiado a demanda social ali objetivada sem ter acesso ao agir sobre tal demanda. O enunciador convida o destinatário para partilhar sua perspectiva, mas não sua inserção nessa dimensão do agir no mundo.

A pertinência dessa postura hegemônica da série está referendada tanto na sua esfera de publicação quanto na de premiação, o que sugere que a amplitude desses valores não se restringe ao nível situacional, mas discursivo. No âmbito da publicação, essa questão está ligada à funcionalidade do texto jornalístico veiculado por um meio que certamente não acompanha a velocidade de difusão de outros, como a televisão e a internet. De acordo com Eco (2007), o que justifica a manutenção do jornalismo no meio impresso é justamente a assinatura desse texto. O que as pessoas – público alvo – procuram não são os fatos em si, mas uma postura diante deles. Um diálogo explicitado nessa série ratifica essa nova configuração da imprensa.



(RIBEIRO, 2004:3)

Aqui, a assinatura do jornal *O Dia* estabelece uma interação explicitada com o jornal televisionado, conforme assinatura verbo-visual na nota inserida no final da reportagem do primeiro e repetida ao final da reportagem no segundo dia da série. Curiosamente, a nota sinaliza que o tema já fora explorado anteriormente em outro meio e convida o leitor a participar desse diálogo entre mídias. De fato, essa explicitação assume que não é a novidade que sustenta o texto impresso, mas a abordagem particular da editoria. Passando desse plano pragmático de editores e leitores e recuperando a dimensão discursiva da qual discutimos, reconhecemos nessa nota o caráter de transição e instabilidade do próprio meio impresso. Assim como afirma Voloshinov (1926/1976), trazer um pressuposto para o plano de expressão, articular esses valores de maneira explícita implica destituir o pressuposto de sua condição e colocá-lo como objeto de negociação. A nota, ao tentar justificar a publicação da matéria jornalística apresentada, denuncia a instabilidade do meio impresso na era do imediatismo. Todavia, o estabelecimento da interação com o meio televisivo aponta para a pertinência da assinatura dessa produção discursiva, regida por um autor-criador.

A premiação dessa série de reportagens também demonstra que sua abordagem da demanda social quanto ao transporte é referendada pela instituição sindical CNT e confirma a hegemonia desses posicionamentos engendrados. Se atentarmos para o objetivo do concurso, verificamos uma preocupação com o agir em relação às questões sociais. De acordo com o texto das normas do concurso gentilmente cedido pela Confederação para desenvolvimento de pesquisa, o objetivo do prêmio é *prestigiar trabalhos jornalísticos que contribuam para o melhor entendimento, pela sociedade e poder público, da importância do transporte na vida econômica, política e cultural do País, assim como apontar problemas e soluções para o setor*⁹. Ao referendar a série aqui analisada, há uma valoração dos posicionamentos discursivos ali instaurados. Isso significa dizer que a premiação ocupa, junto com o enunciador, um lugar privilegiado,

⁹ As normas do Prêmio CNT de Jornalismo na edição de 2004 foram veiculadas no sítio da Confederação. Entretanto, como não estavam mais disponíveis na ocasião do desenvolvimento da pesquisa, o regulamento foi gentilmente cedido pela Confederação por correio eletrônico.

ou seja, na condição de destinatário, aceita o convite do enunciador e partilha de sua posição político-ideológica diante do tema apresentado.

Diante dessa abordagem enunciativo-dialógica da série de reportagens e do modo como aí se dão os processos de subjetivação, destacamos que os signos que compõem os movimentos discursivos não podem ser isolados na materialidade verbal e/ou visual. Antes, a relação entre os sujeitos dessa instância enunciativa é flagrada no modo como o conteúdo, a demanda social, é manifesta numa forma que opera com materialidade verbo-visual. Porém, os signos só funcionam como chave de referência a posicionamentos ideológicos a partir do momento em que autor-criador, destinatário e herói partilhem de um mesmo eixo de valor, que garante a possibilidade de construção de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, cujo objetivo era descrever os mecanismos de construção de sentidos numa série de reportagens premiada a partir dos processos de subjetivação que organizam a produção textual, certamente não esgota o tema nem encerra a discussão sobre a natureza dos signos que compõem os textos jornalísticos do meio impresso. Contudo, a breve análise desenvolvida mostra a produtividade das discussões filosófico-teóricas de Bakhtin e seu Círculo para os estudos enunciativo-discursivos.

A partir dos construtos teóricos recuperados em textos de base dos estudiosos russos, podemos acessar uma dimensão discursiva na qual flagramos, em processo, as relações intersubjetivas que estruturam a enunciação. Desse plano, as chaves de construção de sentido no texto impresso são de natureza verbo-visual. Logo, para desvelar os valores pressupostos no acontecimento enunciativo, é preciso atentar para a avaliação que determina a relação entre forma e conteúdo trabalhados na materialidade verbo-visual. Como procuramos pontuar pela análise da série, a postura hegemônica subjacente àquela produção discursiva está manifesta na perspectiva que o enunciador constrói face às demandas sociais de que trata o texto jornalístico. A perspectiva é construída na maneira como o autor-criador introduz as personagens na enunciação. De um lado, o enunciador se localiza num plano privilegiado, num plano onde é possível agir sobre o outro, e, pelo modo como conduz o desenvolvimento da série, convida o destinatário a ocupar esse mesmo plano discursivo. De outro lado, a população é construída como objeto e localizada num universo cujas ações, emolduradas pelo agir daqueles que ocupam o outro plano discursivo, não alteram sua própria condição. A perspectiva do enunciador, o convite feito ao destinatário e a disposição de dimensões discursivas de ação diferenciadas traduzem uma atitude enunciativa construída verbo-visualmente e parecem contornar o apelo ao ineditismo e imediatismo tão caros à divulgação jornalística.

Por fim, interrogamo-nos sobre o estatuto do texto jornalístico no meio impresso diante desses movimentos discursivos discutidos. Diferente da apresentação televisa, por exemplo, na qual âncoras e repórteres freqüentemente são postos em cena, no texto impresso, os membros da equipe que compõem a matéria são comumente camuflados, embora não totalmente apagados. Assim, do ponto de vista discursivo, o modo como as personagens são apresentadas no jornalismo impresso parece se assemelhar mais à ficção televisa (novelas, séries etc.) do que à difusão telejornalística. Seria esse um movimento de adequação do jornalismo impresso à era do imediatismo? Seria a aproximação com as obras ficcionais um gesto dessa editoria para assinar sua produção jornalística sem apelo sensacionalista? O escopo deste artigo não nos permite responder essas questões, mas aponta caminhos para reflexões futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- BAKHTIN, M. M. O problema do conteúdo, do material e da forma na crítica literária. In: _ _ _ . *Questões de Literatura e de Estética – a teoria do romance* (trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.*). 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998 (original russo, 1975), pp. 13-70.
- _____. O autor e a personagem na atividade estética. In: _ _ _ . *Estética da Criação Verbal*. (trad. Paulo Bezerra). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (original russo, 1979), pp. 03-194.
- BAKHTIN, M. M./ VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira) 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 (original russo, 1929).
- BARRETO, V.; Transporte preferido: os pés. *O Dia*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2004. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- _____. Mais de um mês perdido. *O Dia*, Rio de Janeiro, 04 ago. 2004. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- BARRETO, V.; REMÍGIO, M. *et al.* População sofre cada vez mais com a crise no transporte. *O Dia*, Rio de Janeiro, 08 ago. 2004. O Dia/Nosso Rio, p. 6-7.
- BENVENISTE, E. A natureza do signo lingüístico. In: _ _ _ . *Problemas de Lingüística Geral I*. (trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri). 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 (original francês, 1939).
- BRAIT, B. *Ironia em Perspectiva Polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- _____. Análise e teoria do discurso. In: _ _ _ . *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 9-31.
- CAMINHADAS próximas do fim. *O Dia*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2004. O Dia/Nosso Rio, p. 4.
- ECO, U. Para que servem os jornais. (trad. Leandro Cardoso, Marcel Crovelli e Roberta Barni). *Revista EntreLivros*, São Paulo, Ano 2, no. 23, p. 82, mar. 2007.
- FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 37-60.
- _____. Voloshinov: um coração humboldtiano? In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (org.) *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 125-132.
- FRIDMAN, L. C. *Vertigens Pós Modernas – Configurações Institucionais Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- RIBEIRO, M. Passe livre para estudantes sob ameaça. *O Dia*, Rio de Janeiro, 03 ago. 2004. Nosso Rio: o que acontece perto de você, p. 3.
- SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SOUSA, J. P. *Fotografia: introdução à história das técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- THOMPSON, J.B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. (trad. Wagner de Oliveira Brandão). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VOLOSHINOV, V. N. Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica. (Tradução para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: VOLOSHINOV, V. N. *Freudism*, New York: Academic Press, 1976 (original russo, 1926).